

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA- UFDPAR  
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO - CMRV  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO E DESPORTO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS CARVALHO  
NAGELLA DOS SANTOS LIMA**

**O ENSINO RELIGIOSO: práticas e reflexões em uma escola de Parnaíba**

**PARNAÍBA  
2020**

MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS CARVALHO  
NAGELLA DOS SANTOS LIMA

**O ENSINO RELIGIOSO: práticas e reflexões em uma escola de Parnaíba**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Perpétua do Socorro Beserra Soares - UFDPPar/CMRV**  
Orientadora

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Matias Cavalcante - UFDPPar/CMRV**  
Examinadora

---

**Prof.<sup>o</sup> Ms. Antônio Michel de Jesus Oliveira Miranda -SOEM**  
Examinador

**PARNAÍBA**  
**2020**

## **O ENSINO RELIGIOSO: práticas e reflexões em uma escola de Parnaíba**

Maria do Socorro dos Santos Carvalho<sup>1</sup>

Nagella dos Santos Lima<sup>2</sup>

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Perpétua do Socorro Beserra Soares<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem intenção de socializar resultados de uma pesquisa sobre a prática do ensino religioso em uma escola na cidade de Parnaíba- PI, tendo como sujeito de pesquisa uma professora Teóloga que atua na disciplina. Com objetivo geral: analisar o caráter epistemológico do Ensino Religioso (ER), sem o aspecto proselitista. E como questão norteadora: há consonância com o Artigo 33 da LDB, que veda o proselitismo e enobrece a diversidade cultural religiosa brasileira, nas práticas pedagógicas desenvolvidas por um docente do Ensino Religioso, cuja formação esteja equidistante das propostas para esta área? O referencial está fundamentado em documentos como a BNCC (2019), a Constituição Federal (1988) e os PCNER (Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso), bem como nas contribuições teóricas de Caron (2013), Freire (1967), Gil (2008), Junqueira (2015), entre outros. Além disso, recorreremos a uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, com base nas considerações de Lüdke e André (1986), com as seguintes técnicas: observação participante, entrevista semiestruturada e questionário. Os dados revelam que a bacharel em teologia não foi coerente nas suas práticas pedagógicas, por pertencer a uma Instituição que apresenta fortes concepções ideológicas e que ainda se mantém com uma postura rígida no tocante às novas leis de Diretrizes e Bases do Ensino Religioso.

**Palavras-chave:** Componente Curricular. Ensino Religioso. Práticas Pedagógicas.

### **ABSTRACT**

The present work intends to socialize the results of a research on the practice of religious teaching in a school in the city of Parnaíba-PI, having as research subject a Theologian teacher who works in the discipline. With the general objective: to analyze the epistemological character of Religious Education (RE), without the proselytizing aspect. And as a guiding question: is there a consonance with Article 33 of the LDB, which prohibits proselytism and ennobles the Brazilian religious cultural diversity, in the pedagogical practices developed by a teacher of Religious Education, whose training is equidistant from the proposals for this area? The framework it is based on documents such as the BNCC (adicionar o ano do documento), the Federal Constitution (1988) and the PCNER (Curricular Parameters of Religious Education), as well as the theoretical contributions of Caron (2013), Freire (1967), Gil (2008), Junqueira (2015), among others. In addition, we resort to a qualitative approach of the

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr.

case study type, based on the considerations of Lüdke and André (1986) and the aid of the following techniques: participant observation, semi-structured interview and questionnaire. The data reveal that the bachelor of Theology was not coherent in her pedagogical practices, because she belongs to an institution that presents strong ideological conceptions and still maintains a rigid stance regarding the new laws of Guidelines and Bases for Religious Education.

**Keywords:** Curricular component. Religious education. Pedagogical practices.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral: analisar o caráter epistemológico do ensino religioso (ER), tendo em vista o veto ao proselitismo, proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. A fim de responder ao nosso anseio, pautou-se a seguinte problemática: há consonância com o Artigo 33 da LDB, que veda o proselitismo e enobrece a diversidade cultural religiosa brasileira, nas práticas pedagógicas desenvolvidas por um docente do Ensino Religioso, cuja formação esteja equidistante das propostas para esta área?

O professor do Ensino Religioso entra em novos rumos em companhia de ofícios que são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases, (LDB) 9.394/96, na teoria e na prática docente. No artigo 33 da constituinte de 1988, está a inclusão do Ensino Religioso com uma nova proposta pedagógica que agrega um conjunto de conteúdos mínimos do Ensino Fundamental. Seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2019) do Ensino Religioso para os anos iniciais. Buscamos ver a prática de um professor sem habilitação na área, e como organiza seu plano de aula, para tanto focamos em um objetivo específico: averiguar se o plano de aula atende todas as especificidades dos itens que o compõe, principalmente os conteúdos, objetivos e metodologias.

A escola é o espaço de formação e informação, em que o ensino acontece de forma organizada e sistematizada. É lá também, onde acontece a intervenção pedagógica do educador. A escola, portanto, precisa fazer investimentos na atuação do professor, para que este consiga interagir com seus alunos, conhecendo melhor suas especificidades como um bom gerenciador de conhecimentos e não permitir que ele seja apenas um mero transmissor de informação. Para uma atuação satisfatória é necessário que o profissional da educação, receba ajuda da escola. Ela como Instituição, precisa se interessar pelas atividades que inserem o aluno, dentro desse processo de ensino aprendizagem, dialogando sempre com o professor, contribuindo de maneira a oferecer, condições mais efetivas na construção desses saberes para a formação da cidadania, bem como respeito à diversidade. Segundo Libâneo (1998, p.45), “A formação de atitudes e valores de ensino, adquire, portanto, um peso substantivo na educação escolar, por que se a escola silencia valores, abre espaço para os valores dominantes no âmbito social”. Nessa perspectiva, está o segundo

objetivo específico: perceber se a escola interage e subsidia o professor diante das transformações que ocorreram no Ensino Religioso no âmbito escolar.

Como mencionamos acima, o conhecimento escolar é amplo de informações das mais diversificadas, organizadas em disciplina. Em razão disso, a sociedade cria expectativas a respeito do papel da escola e espera que ela dê conta de ensinar para obter resultados importantes, trabalhando didaticamente, com o intuito de provocar o pensar em relação ao que se ensina e na forma como se ensina.

No campo do ensino religioso, a didática também se faz importante. Para Cordeiro (2015, p.33) “[...] ensinar não é uma atividade que se faz no vazio, que ela depende estritamente do conteúdo. Portanto, estamos com isso admitindo que ensinar implica adotar procedimentos diferentes[..]”. Para se ter uma melhor compreensão destas questões do ensino, precisamos voltar nossa atenção para a aula, momento em que o professor aplica estes procedimentos previamente planejados, aliando a prática docente à dinamicidade, para alcançar os objetivos propostos. Para tanto, buscamos em nosso terceiro objetivo específico: identificar na prática do professor, quais estratégias são utilizadas para facilitar a construção do conhecimento religioso para um aprendizado significativo.

As razões que levaram as pesquisadoras a direcionarem o eixo temático deste texto foram: discussões realizadas em uma disciplina optativa, denominada Cultura Brasileira que foi ofertada pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr durante a graduação do curso de Pedagogia de uma das pesquisadoras e o fato da outra pesquisadora durante o estágio de uma graduação em Ciências das Religiões, ter percebido que os professores tinham outra formação e não compreendiam a nova proposta do Ensino Religioso enquanto disciplina na instituição educacional. Havendo uma dicotomia entre teoria e prática.

Segundo Soares (2020, p.4), “a teoria e a prática são facetas indissociáveis, que se relacionam e se completam, sendo uma imprescindível à outra”. Somando a isso, entende-se que a religião é importante, porque ela faz parte de um conjunto de crenças e culturas diversificadas, a qual grande parte das pessoas estão inseridas. Para tanto, ressalta-se que esse tema sugere discussões relevantes, as quais foram proporcionadas pelas vivências de estágio, bem proporcionado pelo programa Residência Pedagógica, programa piloto inovador, da Universidade, que contribuiu de forma ativa para a nossa formação docente, sendo este, responsável em viabilizar o estágio na escola durante curso de Pedagogia. Nesse ambiente, deparou-se com a

mesma situação em que o professor de ensino religioso, formado em outra área, desconsiderava o artigo 33, que veda o proselitismo.

Assim, considerou-se relevante uma revisão nas linhas de orientação propostas pela coordenação do curso, conforme investigação de Saraiva (2017). Na matriz curricular do curso de pedagogia do Piauí, existem pelo menos 14 linhas de orientação, que necessitam ser redimensionadas, sendo este um dos eixos (Educação: Prática sócio-histórica e cultural). Diante disso, pode-se sugerir mais atenção do curso para as discussões sobre as fragilidades que permeiam a disciplina de Ensino Religioso, uma vez que essa tornou-se obrigatória na escola e na maioria das vezes é assumida por um pedagogo. E ainda assim não é contemplada nas matrizes curriculares da maioria dos cursos de Pedagogia.

[...] realizar pesquisas que propiciem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros (DCN 2015, Art.8º, inciso II e IX).

No âmbito social, o ER é importante, porque procura criar tópicos com estudos dos conhecimentos religiosos, filosofias de vida, posturas de reconhecimento e respeito as alteridades, visando abraçar identidades culturais quer sejam religiosas ou não. Abrindo caminhos para que aconteça a dialogicidade, através dos intercâmbios dentro de uma perspectiva pedagógica que favorece a interculturalidade. Dessa forma, reconhecendo os direitos humanos que anseiam por uma cultura democrática para promoção da paz. São essas finalidades que movem o ensino religioso na escola articulando elementos de uma formação integral que estimula princípios básicos na vida em sociedade, de acordo com a (BNCC, 2019, p.436). O Ensino Religioso procura problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.

A pesquisa teve o caráter qualitativo do tipo estudo de caso, com o manuseio de ferramentas integradoras para análise dos dados: observação participante, entrevista semiestruturada e questionário. Por entender que a partir da pesquisa teria-se um facilitador, na compreensão e dimensões que envolvem a temática pesquisada. O referencial teórico está fundamentado na BNCC (2019), Constituição Federal (1988), Junqueira (2015), Libâneo (1994), Lüdke e André (1986) Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER).

## 2 O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Embora o ateísmo se encontre em alguns indivíduos, muitos possuem suas próprias convicções, por conseguinte tendência-se a acreditar em algo sobrenatural. Através das percepções sensoriais sentimos desejos de uma conexão com o sagrado. Do homem simples ao erudito, há busca pelo transcendente. Os místicos das diversas religiões são a expressão dessa busca. A religião é a representatividade de algo que faz bem, pois oferece a possibilidade de refletir sobre questionamentos que surgem na mente do ser humano. Sendo as mais comuns: Qual meu lugar no mundo? A morte representa o fim de tudo? Qual o Deus em que acredito? A religião vem responder tais questionamentos, trazendo esperança indicando caminhos para a verdade e qual postura se assume para uma vida feliz (BIGHETO, INCONTRI, 2011):

As religiões em geral respondem que qualquer pessoa do mundo é o nosso próximo! O hinduísmo e o budismo vão ainda mais longe e dizem que devemos amar mesmo os outros seres vivos e toda a natureza, além do ser humano. No cristianismo, Francisco de Assis também pensava assim – tanto que chamava o Sol, a Lua, as estrelas, as flores e os animais de “irmãos”. Essa ideia faz parte de uma ideia maior: se todos foram criados por Deus, então há uma irmandade entre os seres. (INCONTRI; BIGHETO, 2011, p. 41).

O Brasil é rico nessas manifestações religiosas, apresenta em sua gênese, uma fusão de culturas advindas de povos, etnias, influências religiosas entre outros. No entanto, existem entre essas manifestações, divergências e oposições em muitos pontos, dado a isso surge o estranhamento e preconceito entre pessoas de outras organizações religiosas. Assim, nas aulas de ensino religioso, compreende-se o valor dessa área, tendo em vista que desperta no educando e em toda unidade escolar ambientes mais fraternos, contribuindo dessa forma a superação da intolerância a favor do respeito à diversidade, evitando a discriminação e a violência. A esse respeito, Freire afirma (1967) “educar para repensar a tradição cultural, educar para criar novos valores de solidariedade”

Para se entender melhor esses conflitos, buscou-se teóricos e abriu-se discussões com eles, a saber da estrutura político-religiosa educacional que envolve o ensino religioso no Brasil. Interagiu-se com muitos teóricos em busca da compreensão acerca da matriz didática-ideológica que se estende pela docência desde o Brasil colonial até hoje. As discussões estenderam-se para a legislação do



componente curricular bem como sua permanência no currículo e na formação do ensino religioso.

## **2.1 Ensino Religioso uma educação doutrinária no Brasil: heranças jesuíticas**

No século XV chegou em terras brasileiras as primícias educacionais nesse ínterim as questões político-religiosas que encantavam a Europa daquele período. O Brasil recebia Portugal e sua cultura em sete caravelas. Trouxeram cinco principais grupos entre eles os sacerdotes da companhia de Jesus Cristo ou ordem de Cristo agregados à igreja de vertente católica. Os colonizadores queriam a toda força impor suas ideias europeias e seus valores sociais, entendendo que isso era bom para a sociedade daquele momento. O ensino religioso foi implantado e efetivado sob os auspícios dos jesuítas, com finalidade de catequizar os índios, uma vez que esse era o acordo entre o papa e a coroa portuguesa. Para se entender como ocorreu as conquistas do Estado e da igreja precisamos contextualizar uma sucinta cercania literária que se refere a este momento:

No século XV, quando o Infante Dom Henrique fundou a Escola de Sagres, a maioria de seus almirantes também pertencia à Ordem. Por suas ligações com o Papa controlavam o poder religioso, o que lhes permitia, por força das bulas, somar os resultados das descobertas e das anexações. Em decorrência disso, as colônias de Portugal também passariam a compor seu patrimônio, aumentando-lhe ainda mais o poder econômico e o espaço de ação política. Sua influência era tal que as terras descobertas já não eram denominadas colônias, mas extensões do patrimônio da Ordem de Cristo. A bula "Inter Cetera" de 28.6.1493, do Papa Alexandre VI, de origem espanhola, cedia à Coroa todas as terras descobertas e por descobrir. Em troca, os reis católicos assumiam o compromisso de converter ao catolicismo as populações nativas sob seu domínio. A política adotada pelos espanhóis, usando desse expediente institucional, será repetida pelos reis portugueses, inclusive no Brasil.

Os sacerdotes jesuítas chegaram no Brasil em meados de 1549, fundaram as escolas jesuítas por meio da educação religiosa, passavam a cultura dos colonizadores portugueses, a fim de homogeneizar a cultura brasileira em cumprimento a anuências com a coroa. Desse modo, inicia o projeto de invasão territorial e dominação da população local. Igreja e estado alinharam-se nesse prisma histórico, ficando claro o porquê a igreja e o estado conviveram pacificamente em situações de extrema opressão, escravidão e exploração. O trabalho que era prestado na escola priorizava seus dogmas doutrinários desprezando a educação popular,

atuavam em duas frentes: a formação burguesa e a formação catequética da população indígena, oferecendo a ciência para a elite e para os nativos a catequese.

Concordando que:

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana. (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO- PCN: ER, 2004.P.13)

A igreja católica foi insistente em permanecer com o método que ajudaria na promoção de seus dogmas. Essa interferência trouxe uma obscuridade profunda na compreensão do que vem a ser a disciplina e como deve ser trabalhada. Sem esse entendimento houve equívocos que perduram até os dias de hoje.

## **2.2 Ensino Religioso no Currículo da escola**

O Ensino Religioso faz uma trajetória com muitas controvérsias, mas é inegável que faz parte do contexto educacional histórico nacional, pois era um dos propósitos de ensino ainda que esse fosse doutrinário, juntamente com o ensino de leitura, escrita e das quatro operações. Mas, não estando bem definido o espaço próprio de regras e valores construídos socialmente, por quanto havia um predomínio às vezes da religião sobre as atividades do estado, e com a chegada das correntes iluministas surge o estado moderno, e o ensino religioso de cunho confessional passa a ser uma ideia que se contrapõe ao estado laico. Com a absorção dessas novas concepções, a sociedade entendia que o estado não podia se manifestar em prol de um determinado grupo religioso, que isso traria uma desigualdade nas diferentes manifestações de credos e religiões. Houve uma ruptura entre estado e igreja tornando o ensino religioso disciplina das escolas primárias, secundárias e normal.

No período republicano o Ensino da Religião Católica Romana passa por uma crise, pois um novo regime que surgiu em 1891 pede a separação do Estado e da Igreja. A partir desse fato, passa a vigorar a seguinte expressão: “Será leigo o Ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino” (PCN: ER, 2004. p. 14)

O ensino religioso ganha novo entendimento, através de uma concessão entre a igreja e a confederação, dando origem a reforma de Francisco Campos, que

entabula o decreto conhecido como Independência da República, de 30 de abril de 1931 o qual menciona que o ensino da religião “é admitido como facultativo de acordo com a confissão do aluno e dos interesses da família, sendo que a organização dos programas e as escolhas dos livros ficam a cargo dos ministros dos respectivos cultos” (OLIVEIRA ET AL., 2007, p. 51-52).

A constituinte de 1934 vai ratificar o ensino religioso tal qual Passos (2001) fala “será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (PASSOS, 2001, p.112-113). Todas essas questões do ensino religioso foram o estopim para atrair o movimento do Manifesto dos “Pioneiros da Escola Nova” que eram contra a disciplina de ensino religioso, por entenderem que o ensino deveria ser laico, obrigatório e gratuito. A Igreja Católica se aproxima do Estado reivindicando que a educação religiosa fosse inclusa no ensino secundário no meio das disciplinas de educação geral. Todavia, na gestão de Getúlio Vargas, o ensino religioso foi cancelado, porque ele tinha uma visão ideológica dos alcances do ensino religioso para a sociedade. Em sua justificativa ele argumenta, “a religião também exercia uma ação moderadora na sociedade, pois lhe cabia o ensino de valores e atitudes cristãs que contribuía para a paz e para a tranquilidade social” (OLIVEIRA ET AL., 2007, P. 52).

Durante a constituição da terceira República, foi elaborada a primeira lei de orientação geral de educação no país: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino, de 1961 (Lei n.º 4.024), que em seu artigo 97, reconhece o modelo do ensino religioso, contudo, homologa o modelo mais antigo utilizado pelos jesuítas. O ensino religioso volta ao status de ensino confessional. A primeira LDB proporcionou um retrocesso para o ensino religioso.

### **2.3 O Ensino Religioso: definindo sua identidade**

Conquanto, em 1971, uma nova proposta leva o ensino religioso para um novo cenário na educação, embora tenha sido inserido nos horários regulares, ele perde a nomenclatura de ER em justaposição com uma nova área de ensino que foi criada: a Educação Moral e Cívica essa matéria passava os conteúdos, voltados para o civismo e a moral. (PAULY, 2004).

Em meio a uma crise política que se estendia há muito tempo, a fim de restaurar a democracia da pátria, surgiram possibilidades e certezas para o ensino religioso que buscava sua redefinição no currículo escolar. A razão disso é que se tornara objeto de discussões, no início do processo para a Constituinte de 1985. Essas discussões ganharam forças, a partir de um Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. (FONAPER).

Na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 210, parágrafo 1º do Capítulo III, da Ordem Social, fica estabelecido que “o Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituir-se-á disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, orienta os sistemas de ensino de todo país com uma característica mais liberal, ou seja, não mais orientar, mas tutelar todo o processo educacional, com a pretensão de favorecer a diversidade nacional e a pluralidade cultural brasileira, o que implicou, inclusive, em uma nova compreensão a respeito da educação nacional, estabelecendo-se princípios e fins mais amplos. (JUNQUEIRA, 2005, p. 7).

A lei introduziu o Ensino Religioso na condição de disciplina no âmbito global da educação, que preconizou o respeito à diversidade cultural religiosa existente, e não se tornaria em ônus para o Estado. No entanto, na prática, continuou como se não fosse uma disciplina escolar, transmitindo conteúdos religiosos confessionais. O que provocou manifestações.

Descartava-se desse modo, qualquer possibilidade de uma compreensão pedagógica, pois o Ensino Religioso apoiava-se em uma postura de catequização e não de disciplina escolar, fato que provocou protestos e mudanças posteriores, como destaca o artigo 33, parágrafo 1º: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestas pelos alunos ou por seus responsáveis (PAULY, 2004, p. 176).

Para entender melhor a relevância do FONAPER para o Ensino Religioso, discorreremos um pouco sobre este Fórum que foi um marco importante na historicidade do Ensino Religioso. Foi fundado em 26 de setembro, na cidade de Florianópolis (SC), em 1995, formado por professores que ministravam a disciplina, e que tinham uma grande compreensão cognitiva acerca da problemática principal a ser debatida que apontava para aspectos pedagógicos, e não religiosos. Após vários estudos, foram criados princípios que encaminharam as reflexões pedagógicas. Sendo o primeiro princípio: a participação da escola no oferecimento do Ensino Religioso para o estudante, abrangendo todos os níveis de escolaridade, respeitando

as diferenças de religiosidade, pensamento e cultura do estudante; sendo definido junto ao Estado, o conteúdo e as propostas pedagógicas; auxiliando para que o Ensino Religioso seja regrado em uma vivência de princípios morais e requerer a possibilidade de qualificação na formação continuada do professor da área do ER. Preservando as conquistas do magistério, garantindo que as condições de trabalho sejam aperfeiçoadas. (CARON, 2010, p. 277-278).

Entre essas e outras conquistas do Ensino Religioso, por intermédio do FONAPER, a mais expressiva foi a proposta da nova configuração com abrangência pedagógica, segundo os critérios de organização das habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estendeu a disciplina para nove anos do ensino fundamental defendendo os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso (PCNER). Como está no artigo 33, homologado em 2010, na nova versão da LDB do Ensino fundamental que acabou com o dilema do ensino religioso resgatando sua integridade científica e constituindo sua identidade no currículo escolar. Em 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei 9.475 (MEC, 1997), que alterou o artigo 33 da LDB 9.394/96. Ficando firmado segundo a redação que se segue:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

A disciplina se afirmar em todo o Ensino Fundamental nas escolas públicas com os conteúdos estabelecidos pela a BNCC e a LDB bem como a habilitação e admissão dos professores que deverão ser graduados em licenciaturas que estudem o fenômeno religioso.

### **3 ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A pesquisa é qualitativa, porque buscou no ambiente natural a sua fonte direta de dados e teve o pesquisador como seu principal instrumento, coletando os dados predominantemente descritivos, com a preocupação explícita do processo, sendo maior com o produto. Para assim possibilitar o significado que as pessoas dão às

coisas e à sua vida que são focos de atenção especial pelo pesquisador. Além disso, por meio da análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, pois segundo André e Lüdke (1986, p. 17), se agregam nela certas características que visam a descoberta de elementos que possam emergir, durante a investigação; enfatizam a interpretação em contexto; buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; buscam variedades de fontes de informação; revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vistas presentes numa situação social. Assim, alcançamos uma compreensão mais detalhada da realidade do dia a dia de uma sala de aula.

Observando os paradigmas de pesquisa, segundo André e Lüdke (1986 p.26) “a observação direta permite também que o observador chegue mais perto das perspectivas dos sujeitos”. Para tanto, recorreremos a várias fontes integradoras de informações: observação participante, entrevista semiestruturada, questionário. Que de acordo com André e Lüdke (1986 p.26):

A observação é o principal instrumento da investigação, pois o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação no fenômeno estudado. A introspecção e a reflexão pessoal têm papel importante na pesquisa naturalista. Na entrevista a relação que se cria entre o pesquisador e o pesquisado é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. A semiestruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.

Tais perspectivas auxiliaram na compreensão dos problemas deste professor não habilitado nas Ciências da Religião, que ministra a disciplina de Ensino Religioso na escola, afim de munirmos de uma fundamentação que venha a suscitar discussões, visando contribuir de maneira significativa para uma compreensão mais próxima destas dificuldades existentes na prática deste profissional de outra área.

A observação no ambiente de pesquisa possibilita uma visão mais real deste processo educacional para os pesquisadores, propiciando uma situação de proximidade entre pesquisador e pesquisado. Tal façanha faz ressaltar esta técnica entre as mais importantes na pesquisa qualitativa, segundo André e Lüdke (2013, p. 31), “[...] na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto, é o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e as suas próprias ações”. Foi utilizado um tipo

de material para as devidas anotações, tendo o devido cuidado para não chamar a atenção, como orienta (ANDRÉ, LÜDKE, 2013, p. 33).

Fazer uso de outra técnica, é imprescindível para se obter uma compreensão mais analítica da dinâmica do ambiente em estudo, para tanto, optamos em fazer a entrevista semiestruturada, dada a sua importância na coleta de dados para construção do encadeamento de ideia em base aos fatos para uma narrativa fiel. Segundo André e Lüdke (2013, p12) “a entrevista tem vantagens sobre as outras técnicas pois permite a captação imediata e recorrente da informação desejada, essa técnica facilita a confrontação com outras técnicas”. Seguindo essa linha reflexiva das autoras mencionadas anteriormente, constatou-se que de fato essa técnica ajudou a fazer um paralelo com as informações adquiridas pela técnica da observação, para identificar com mais clareza se havia coerência na conduta profissional e as respostas dadas nas entrevistas com a professora de uma escola em Parnaíba.

Para dar suficiência aos dados coletados, nos valem de mais uma técnica, o questionário de propensão empírica. Essa técnica, segundo Gil (2008, p.128-129):

“Oferece mais praticabilidade que as demais técnicas dentro deste processo de construção de dados, já que possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estas estejam em lugares distintos, podendo ser enviado para o pesquisado, permitindo que as pessoas o respondam no momento mais viável”.

Assim, Gil (2008, p.121) define o questionário:

Como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento crença, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores comportamentos presente ou passado etc.

A técnica se atém a possibilitar que o próprio pesquisado informe suas particularidades de maneira espontânea e colaborativa, além de dar veracidade e confiabilidade a pesquisa.

#### **4 PRÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO: UMA DISCUSSÃO INDISPENSÁVEL**

Para possibilitar uma compreensão mais profunda acerca do nosso objeto de pesquisa, delimitou-se um referencial, com ajuda da coleta de dados, para analisar de forma minuciosa, as práticas desenvolvidas pela professora em sala de aula. As

técnicas foram cruciais para desvendar os aspectos que favorecem o distanciamento dos rudimentos teóricos e as práticas pedagógicas na atuação desta professora. Utilizou-se várias técnicas: observação participante, a entrevista semiestruturada e questionário. Gil (2008, p. 15), argumenta que:

Estes métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. Mais especificamente, visam fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processando e validação dos dados pertinentes a problemática que está sendo investigada.

São essas técnicas que vão conduzir com segurança a materialidade adquirida no decorrer da pesquisa, dando a mesma credibilidade nos resultados.

#### **4.1 Observação participante no ambiente natural**

Para dar início a pesquisa, primeiramente foi feito um esquema para as observações com um planejamento previamente organizado, a investigada trabalha em uma escola confessional do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A pesquisada ministra aulas há 4 anos e nesta escola atua há 2 anos. Escolheu-se para a docente, um nome fictício de Vitória Régia. O período das observações ocorreu entre os dias 05 de fevereiro a 04 de março de 2020. “Ficam mais ou menos evidentes quais aspectos do problema serão cobertos pela observação e qual a melhor forma de captá-lo”. (ANDRÉ, LÜDKE, 2013, p.3).

#### **4.2 Diário de campo da professora Vitória Régia durante a observação**

As observações da escola foram registradas no Diário de Campo, que consiste em um caderno ou arquivo eletrônico no qual o pesquisador registra todas as informações/anotações. Assim, as notas de campo consistem no relato escrito, aquilo que o pesquisador ouve, vê, sente e pensa durante o trabalho de campo.

A seguir as notas de campo registradas no âmbito da sala de aula do sujeito da pesquisa:

A professora iniciou sua aula na turma do 1º ano, com 11 alunos com uma faixa etária de 6 anos, utilizando uma oração como sensibilização colocou as crianças em círculos e nos convidou para participarmos do círculo e orarmos



todos juntos; em seguida, as crianças ficaram sentadas ordenadamente na sequência, a professora abriu a Bíblia e leu uma passagem bíblica, o texto contava a história de Sara e Abraão (Gn 17,1). Fez uma explanação com questionamentos sobre a família das crianças e sobre composição de suas famílias, dando continuidade passou uma atividade de classe no caderno. As crianças acompanharam toda a aula sem sair da sala. (DIÁRIO DE CAMPO DO DIA 05/02/2019).

Na sala do 3º ano observamos que tinha 9 alunas com a faixa etária de 8 anos, antes de começar a aula a professora pediu que todos ficássemos de pé para fazermos a oração em seguida fez a leitura da passagem bíblica sobre Moisés (Ex. 3, 1-10). O objeto de conhecimento: o chamado de Moisés, reflexão: como enfrentar seus próprios medos em sequência, fizeram atividade na folha e todos permaneceram em sala durante todo o horário. (DIÁRIO DE CAMPO DO DIA 12/02/2019).

A sala do 4º ano é composta por 15 alunos com a faixa etária entre 9 e 10 anos, a professora fez a oração seguida da leitura da passagem bíblica sobre Jesus e a samaritana (João 4, 1-23). Seguindo seu plano de aula, conferido pelas pesquisadoras, em que seu objeto de conhecimento: Jesus e a samaritana, fez a correção da atividade anterior e poucas crianças responderam a atividade. Todos ficaram até o final da aula. (DIÁRIO DE CAMPO DO DIA 19/02/2019).

A sala do 5º ano é constituída por 19 alunos com faixa etária entre 11 e 12 anos. A professora inicia a aula com uma oração e uma reflexão sobre a parábola do Bom Samaritano de um texto bíblico, reflexão sobre o amor ao próximo. Correção de atividades no livro. As crianças não saíram de classe durante todo o período da aula (DIÁRIO DE CAMPO DO DIA 04/03/2019).

### 4.3 Atuação x Interação

Conforme observado acima, será feito inicialmente uma reflexão analítica com base nas observações. O trabalho de Vitória Régia reflete um método tradicional, conteudista e doutrinária, enfraquecendo dessa forma o desenvolvimento de habilidades e competências para a construção do conhecimento dos alunos, conforme Libâneo (1994, p.71):

O trabalho docente, entendido como atividade pedagógica do professor, busca os seguintes objetivos primordiais: assegurar aos alunos o domínio mais seguro e duradouro possível dos conhecimentos científicos;  
Criar as condições e os meios para que os alunos desenvolvam capacidades e habilidades intelectuais de modo que dominem métodos de estudo e de trabalho intelectual visando a autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento;  
Orientar as tarefas de ensino para objetivos educativos de formação da personalidade, isto é, ajudar os alunos a escolherem um caminho na vida, a terem atitudes e convicções que norteiem suas opções diante dos problemas e situações da vida real (LIBÂNEO, 1994, p. 71).

A professora utilizou em todas as turmas, orações de cunho confessional como sensibilização despreocupada com os alunos que professam outra religião. O que contraria o artigo 33 da LDB que diz que o ensino do ER é sem proselitismo, ou seja, nenhuma religião pode ser favorecida nesse processo, mas apresentadas de igual modo. Observou-se que todos permaneceram na sala, sem que nenhum retrucasse, o que nos causou estranheza, nos levantando hipótese a de que aqueles discentes não sabiam que a disciplina do ER, tem matrícula facultativa, assunto explícito no começo deste texto. Seria um problema dentro de um outro problema? Por que as crianças pareciam alheias aos seus direitos?

Percebeu-se também que a escola não interage e tão pouco, subsidia a professora, nestas transformações que ocorreram no ensino do ER e ressalta-se o quanto a escola precisa andar juntamente com o professor, colocando-se à disposição do professor para o enriquecimento da aprendizagem. Dando a devida atenção para uma disciplina obrigatória e de grande relevância para a formação orgânica do indivíduo. A ação educativa da instituição tem um ar de exercer influências sobre seu público alvo, estes ao assimilarem e recriarem essas influências estabelecem relações construtivas é o que Libâneo esclarece: [...] “Tais influências se manifestam através de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modo de agir” [...] (LIBÂNEO, 1994, p.1).

#### **4.4 Entrevista semiestruturada: tecendo os dados**

Para perscrutar os dados coletados na observação, realizou-se uma entrevista com a professora, a fim de fazer um paralelo de dados. A entrevista foi realizada no dia 25 de outubro de 2020.

Quando perguntada sobre como acontecia as escolhas dos conteúdos e como eram organizados os objetivos e metodologias, nos respondeu:

“Os conteúdos são escolhidos entre o professor e a coordenação, né... nós escolhemos os conteúdos e nós seguimos a BNCC e ao planejar diariamente, é o plano diário para ser colocado, é ministrado, aliás nas aulas, então toda aula é feito um plano diário, de acordo com a BNCC é, os objetivos, as habilidades, metodologia, os recursos, o que vai ser de atividade para as crianças, quais são as atividades e classe, quais são as atividades de casa, então toda aula é feito um plano diário, e além do plano anual que nós temos e ele é revisado bimestral, caso esse plano venha ocorrer alguma coisa no percurso, ou que tenha um imprevisto que não possa dar aquela aula o plano é revisado”.(ENTREVISTA DA VITÓRIA RÉGIA).

Há um nítido distanciamento da realidade. Durante o período da observação, não evidenciamos tais procedimentos, porquanto o plano de aula aplicado em todas as salas, tinha um perfil descaracterizado da BNCC do ER para o 1º ao 5º ano, cujos conteúdos se estabelecem, a partir de:

Alteridade: as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores.
Valores: o conhecimento de normas de cada tradição religiosa apresentado para os fiéis no contexto da respectiva cultura.
Limites: a fundamentação dos limites éticos propostos pelas várias tradições religiosas. (FONAPER, 1997, p.28).

Assim, o ER pelos eixos de conteúdos de Cultura, Tradições religiosas, Escrituras sagradas, Teologias, Ritos e Ethos vai sensibilizando e capacitando o educando para realizar melhor a leitura da linguagem mítico-simbólica e ainda a passagem da metafísica/Transcendente (BNCC). Por meio da compreensão de Zabala, entende-se que “conteúdos, é tudo quanto se tem que aprender para alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as capacidades cognitivas, como também incluem as demais capacidades”. Os objetivos educacionais, são aqueles verbos, colocados no infinitivo, considerados, itens indispensáveis no plano de aula, são eles que expressam o que se quer ensinar ou o que se quer que seja aprendido. É através deles que o educador direciona, interligando com a metodologia, o ensino com vistas à aprendizagem dos alunos. (ZABALA, 1998 p. 28-51).

A disciplina do Ensino Religioso, solicita os seguintes objetivos para os anos iniciais do ensino fundamental:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimento sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constate propósito de promoção dos direitos humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo e perspectivas religiosas e seculares de vida exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e de cidadania, (BNCC)

Na entrevista a docente, afirma que seu plano de aula é planejado, organizado em objetivos, habilidades, metodologias e recursos. No entanto, o que captamos foram aulas metódicas, desestimuladas que não correspondem com as afirmativas da

entrevista. Necessitando de um planejamento mais coerente. O planejamento de uma aula é sem dúvida um instrumento de grande potencial na ação educativa, inerente ao trabalho do professor em qualquer área que ele atue, exigindo dele um repensar do seu fazer pedagógico que ajuda a encontrar caminhos que facilitem o aprendizado do aluno. Uma aula bem planejada é considerada uma boa aula. O planejamento bem elaborado de uma disciplina é quando o professor a localiza dentro dos objetivos educacionais que ela propõe, respeitando a faixa etária, situação econômica e religiosa do aluno, etc. Ele seleciona e organiza adequadamente os conteúdos e recursos, tornando-o adequado. Dessa maneira, evita-se aulas enfadonhas e descontextualizada. Comunga-se, portanto, com Vasconcellos em seu dizer:

Planejar é elaborar o plano de intervenção na realidade, aliando às exigências de intencionalidades de colocação em ação, é um processo mental, de reflexão, de decisão, por sua vez, não uma reflexão qualquer, mas grávida de intenções na realidade. Outrossim seria vantajoso elaborar o planejamento acatando sugestões da família e do aluno. (VASCONCELLOS, 2000, p.43).

#### **4.5 Questionário: revisando os dados**

O questionário é uma técnica de investigação que auxilia na organização dos dados coletados, dando clareza ao que expõe o conteúdo na apresentação das questões. Como descreve Gil (2008, p. 121) “O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas com o propósito de obter informações”.

##### **4.5.1 Formação acadêmica**

O questionário foi aplicado no dia 05 de novembro de 2020 com a professora Vitória Régia. No parágrafo 1º do art. 33 da LDB, diz que os sistemas de ensino, estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores do ER. Ela é formada em Letras-Português, Matemática e Bacharel em Teologia.

Verificou-se que os dados revelam que a professora não é da área do ensino religioso, tem conhecimentos matemáticos e linguísticos, sendo também bacharel em Teologia. No Piauí, o Teólogo é aceito como professor de Ensino Religioso. Em outros estados, ele não é citado para exercer a docência, o que aumenta as complexidades das problemáticas que permeiam essa disciplina neste Estado e, conseqüentemente,

em Parnaíba, causando discrepâncias em Estados e municípios no Brasil. Nas escolas públicas a disciplina, na maioria das vezes, fica a cargo dos pedagogos, existe um descaso do Estado e Município considerável, para lotar os professores com Licenciaturas Plena em Ciências da Religião ou Licenciatura Plena em Educação Religiosa nos setores de ensino. Os professores com essas graduações são os que estão habilitados a dar aula de ensino religioso. Segundo o parecer CNE/CP nº.12/2018 que foi homologado pela União, as Diretrizes Nacionais para os cursos de Licenciatura em Ciências da Religião.

[...] A habilitação pressupõe sólida formação de cunho epistemológico e pedagógico nos saberes e habilidades fundantes das Ciências da Religião e da Educação, qual seja, a perspectiva inter-religiosa e intercultural para a docência do Ensino Religioso na Educação Básica. As DCN para os cursos de licenciaturas em Ciências da Religião justificam-se ainda pela necessidade de adoção de princípios que facilitem a regulação e avaliação dos cursos existentes. Também são necessários parâmetros e abordagens curriculares comuns para os atuais e futuros projetos, tendo em vista a histórica demanda por sólida formação docente, tanto epistêmica como pedagógica, que assegure a formação aberta à diversidade cultural e religiosa e atendam às especificidades do exercício da profissão nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2018, p. 13).

#### 4.5.2 Importância do Ensino Religioso no âmbito da escola

Questionada sobre o ensino religioso na escola a participante respondeu:

É uma disciplina que busca desenvolver uma reflexão sobre os ensinamentos e valores da maioria das religiões. O ponto chave a formação humana, trabalhando os valores humanos, religiosos e éticos (QUESTIONÁRIO).

A resposta apresenta um discurso com noções científicas-educacionais contrapondo as práticas pedagógicas, revelando uma inconsistência na fala de Vitória Régia, que devem decorrer de orientações dirigidas pelo fato de a escola ser confessional. Segundo Junqueira “[..] muitos profissionais da Teologia seguem reivindicando para si a tarefa de formar os/as profissionais para atuar no ER. Mas há entraves e incoerência pois não há Teologia sem identidade confessional” (JUNQUEIRA, 2016, p.16-17).

#### 4.5.3 Projetos desenvolvidos na escola acerca das religiões

Ao ser questionada sobre os projetos desenvolvidos na escola em relação as religiões a professora afirmou:

A escola é confessional, portanto, os projetos são voltados a área social e segundo a religião católica. Campanhas solidárias na quaresma e Natal (QUESTIONÁRIO).

Percebe-se que a resposta da docente é meio contraditória ao que declarou durante a entrevista. Cabe enfatizar o que Soares fala:

O papel da escola é de garantir um diálogo permanente e inter-religioso sobre as diversas concepções de religião, não cabendo nenhum tipo de proselitismo. Não cabe à escola desenvolver nenhuma religiosidade em suas salas de aula, “mas antes aprimorar a cidadania e a humanização do estudante, também por meio do conhecimento da religiosidade [...]. (SOARES, 2010, p. 217)

#### 4.5.4 Metodologia aplicada na disciplina

Ao ser indagada sobre a metodologia usada na sua disciplina a participante respondeu:

Aulas expositivas e dialogadas com leituras dirigidas sobre o conteúdo, através de conversas, despertando o interesse dos alunos pelo assunto, assim são realizadas atitudes solidárias, uso de jogos e dinâmicas, atividades envolvendo gestos fraternos (QUESTIONÁRIO).

Construímos essa última questão a obter uma constatação fundamentada nos dados para dar resposta ao terceiro objetivo específico. Como está descrito tanto na observação bem como na entrevista, as declarações de Vitória Régia desta questão estão vazias no que tange a não se assentar com a base ética-política escolar do ER, cuja proposta curricular contém uma dimensão específica epistemológica essencial para a vida dos estudantes. A metodologia carece de ser ressignificada a conseguir uma mobilização intensa com diversos mecanismos inovadores, e recursos didáticos, simples, tecnológicos, interessantes que venham ao encontro das necessidades dos alunos.

Percebe-se, nas estratégias, a falta de exploração dos recursos externos à escola, como ir à biblioteca, já que a escola tem um acervo, como meio de incentivar

o gosto por atividades de leituras das culturas, fazendo ao mesmo tempo a interdisciplinaridade com história, geografia, matemática, com a área de português a qual a professora é também graduada. Trabalhos em grupos, jogos, brincadeiras, etc. Não houve aula passeio em instituições religiosas diferentes, propiciando o contato direto do aluno, incentivando-o a apropriar-se dessa dialogicidade, valorizando e respeitando o outro e suas diferenças, proporcionando troca de experiências. Trabalhou de forma incompleta as Unidades Temáticas, Objeto de Conhecimento e Habilidades do ER, que podem ser facilmente encontradas na BNCC do ER, que iria facilitar as escolhas das estratégias, métodos e dinâmicas.

Posto isso, pode-se afirmar que o grande problema na atuação da docente é o descumprimento do artigo 33 da LDB, que proíbe o proselitismo, este vem a ser o grande adversário na sua atuação. É preciso um olhar comprometido com os marcos normativos, educacionais do ER que devem caminhar em similitude com a prática pedagógica. Identificamos práticas raquíticas, quase sem estratégias, essa situação dificulta a construção do conhecimento religioso significativo, que para isso poderia também se valer da ludicidade.

Reitera-se o que diz Angotti (2010), é importante que se apresente uma metodologia divergente daquela vivenciada por muitos educadores durante a infância onde o ensino era pautado em repetição e desassociada à ludicidade e talvez por vivenciar esse ensino, a qual foi condicionado.

O professor como mediador busca conduzir metodologicamente seu ensino, para conseguir seus objetivos que é de ensinar e o aluno aprender, elaborando estratégias e métodos significativos dentro da realidade dos seus alunos, sendo necessário um repensar constante. O contrário disso resulta em uma metodologia engessada, mecanizada que abre mão da ludicidade, sendo esta, uma ferramenta imprescindível para que aconteça o encantamento do aprendiz, e assim internalize mais facilmente os conhecimentos propostos neste processo de ensino-aprendizagem.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados revelam que a bacharel em teologia não foi coerente nas suas práticas pedagógicas, por pertencer a uma Instituição, que apresenta fortes concepções ideológicas e que ainda se mantém com uma postura rígida no tocante

as novas leis de Diretrizes e Bases do ER. Essa resistência é compreensível, dado ao pouco tempo, em que as mudanças nas leis ocorreram. Por causa desta conduta, percebe-se a falta de interação entre escola, aluno e professor, que formam um tripé para uma educação de qualidade, pois sem esse suporte o professor fica perdido na sala de aula e a escola obsoleta. Constatou-se ainda, que os conteúdos são distorcidos, sem estímulos, uma atuação que nega a ampliação dos conteúdos que importam para o aluno. Isso significa que o professor precisa reavaliar suas práticas e a escola mudar sua postura, estabelecendo uma ligação entre o que será ensinado e relacionar com o conhecimento de mundo das crianças, a fim de instigar interesse no que será estudado, num contexto conectado.

O papel da escola é propiciar, não somente que o aluno aprenda a ler e a escrever, mas formá-lo para o convívio, e através da educação mudar o rumo da sociedade, com a finalidade da escola de proporcionar e desenvolver o aluno de forma integral. Inegavelmente o professor é a peça-chave nesse processo, mas também, os alunos que adquirem conhecimentos de diversas formas e em diferentes lugares. É essencial que a prática leve o aluno a reflexão e a alcançar uma nova visão de mundo, em que ele possa, através da educação, mudar a sua condição. É papel do professor fazer que este aluno assimile conhecimentos, e compreenda com objetividade.

Por conseguinte, frente aos pressupostos pedagógicos, antropológicos e socioculturais que sustentam a proposta do Ensino Religioso na escola, como área do conhecimento e que volta o seu olhar na construção humana, na atuação interdisciplinar e multidisciplinar com outras áreas, a formação nos cursos de graduação em Ciências da Religião é de grande relevância e necessária para preparar o docente para atuar na disciplina de Ensino Religioso, de forma a trabalhar numa perspectiva plurirreligiosa focando no fenômeno religioso como construção sócio-histórico-cultural.

Em síntese, pode-se afirmar que os resultados da nossa pesquisa constam que as práticas pedagógicas na disciplina do Ensino Religioso estão se desenvolvendo metodologicamente com aulas sem finalidades. Os alunos não são agentes ativos do processo, as atividades se resumem apenas em aulas expositivas catequéticas, os objetivos e conteúdos não estão organizados de forma segura, os alunos não consolidam a aprendizagem proposta pela BNCC e pela LDB.



## 6 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A; LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ANGOTTI, M. **Educação Infantil**: para que, para quem e por quê? 3. ed. Campinas, São Paulo. Alínea, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acesso em: 10 de dez.2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 de dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, seção 1, p. 824. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 22 de dez.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação: Câmara da Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, seção 1, p. 34. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf). Acesso em 15 de nov. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº: 12/2018**. Disponível em: [https://ipfer.com.br/wp-content/uploads/2018/12/pcp012\\_18.pdf](https://ipfer.com.br/wp-content/uploads/2018/12/pcp012_18.pdf) Acesso em: 15 de dez. 2020.

CARON, Lurdes. O currículo do Ensino Religioso e as matrizes culturais do povo brasileiro. **Revista Relegens Thréskeia**: revista de pesquisas e estudos em religião, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 52-70, 2013.

CORDEIRO, Jaime. **Didática** .2. ed. São Paulo: contexto, 2015.

FONAPER. Parâmetros Curriculares Nacionais –Ensino Religioso. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino religioso**. São Paulo, SP: Ave Maria, 2004.  
FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLSTI, O. R. **Content Analysis for the social sciences and humanisties**; Reading, mass, Addison-Wesley, 1969.

INCONTRI, D; BIGHETO, A.C. **Todos os jeitos de crer: ensino interreligioso: valores**. São Paulo: Ática, 2011.

JUNQUEIRA, S. R. A. **Educação e história do Ensino Religioso**. Pensar em educação. Curitiba. v.1, N. 2. P. 5-26. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCHI, Euclides. Religião e evangelização: presenças na Carta de Pero Vaz de Caminha. **Revista História questões e debates**, n. 33. UFPR. Curitiba: 2001.  
Disponível em: <http://www.nupper.com.br/home2/wp.content/uploads/13.pdf>. Acesso em: 09 de dez. 2020.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; et al. **Ensino Religioso: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

PASSOS, João Décio. **Epistemologia do Ensino Religioso: a inconveniência política de uma área de conhecimento**. Ciberterologia, São Paulo, ano, 7, n. 34, p. 108-124, 2001.

PAULY, Evaldo Luís. O dilema epistemológico do Ensino Religioso. **Revista Brasileira de Educação**, Distrito Federal, n. 27, p. 172-213, 2004.

SARAIVA, Tayná da Cunha. **Meta-Análise qualitativa**: forma e conteúdo do TCC do curso de pedagogia da UFPI do ano de 2016. Monografia de licenciatura em pedagogia da UFPI, 2017.

SOARES, A.M. L. Religião e educação: da ciência da religião ao ensino religioso. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOARES, Maria Perpétua do Socorro Beserra. **Formação permanente de educadores**: o movimento de ação-reflexão-ação e a participação como princípios formativos fundamentais. Revista Cocar. Pará, V.14, N.29, p. 528-545, 2020.

VASCONCELLOS, Celso. S. **planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.